



fundação
da juventude

2015 - 2016

Programa Millennium

BOLSAS de INVESTIGAÇÃO
CIDADE E ARQUITECTURA

CIDADE E PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO DO SÉCULO XX: 1910 / 1974

Índice

Programa Millennium - Bolsas de Investigação Cidade e Arquitectura 2015/2016

| Página 5 |

Ordem dos Arquitectos

| Página 6 |

Fundação Millennium bcp

| Página 7 |

Cidade e Património Arquitectónico do século XX: 1910 - 1974

| Página 9 |

Projectos:

ANDRÉ PRATA - AS ESCOLAS DOS CENTENÁRIOS EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS

| Páginas 10 e 11 |

**CAROLINA SUMARES - PRIMEIRAS HABITAÇÕES DE RENDA ECONÓMICA:
FUNCHAL 1935/70**

| Páginas 12 e 13 |

**DANIELA ALVES RIBEIRO - (INFRA)ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO ENERGÉTICA
O Carvão no sistema urbano do Porto**

| Páginas 14 e 15 |

**FILIPE NETO E JOÃO QUINAS - MAÇÃO: ESPAÇO ENTRE NECESSIDADE E DESEJO
Ortiga - A água como geradora de percursos arquitectónicos**

| Páginas 16 e 17 |

**JOANA BARBEDO - O PROGRESSO TAMBÉM PASSOU POR AQUI
O panorama arquitectónico de Vila de Rei e a barragem de Castelo de Bode**

| Páginas 18 e 19 |

**JOÃO MAIA E SILVA - AS CALDAS DA RAINHA DE PAULINO MONTEZ
Plano geral de urbanização**

| Páginas 20 e 21 |

**JÚLIO FARIA SENRA - O RIO LEÇA E A IDENTIDADE INDUSTRIAL DA MAIA
Da ponte da Pedra à ponte dos Moinhos da Lage (1910 - 1974)**

| Páginas 22 e 23 |

**RODRIGO LINO GASPAR - PARQUE ESTORIL - EVOLUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ARQUITECTURA
Município de Cascais**

| Páginas 24 e 25 |

**TIAGO CRUZ - VILA DA FEIRA 1910 - 1974
Processo de construção de uma cidade**

| Páginas 26 e 27 |

**TIAGO FARINHA - O VALE DAS ABADIAS NA FIGUEIRA DA FOZ
A experiência de uma nova paisagem urbana 1962 - 1974**

| Páginas 28 e 29 |

PROGRAMA MILLENNIUM BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO CIDADE E ARQUITECTURA 2015/2016

A cultura e o património estão cada vez mais presentes no compromisso que a Fundação da Juventude tem no desenvolvimento e apoio de projetos e programas que visem a integração dos jovens na vida ativa e profissional.

Com especial enfoque no Património Arquitectónico das Cidades Portuguesas no século XX, entre 1910 – 1974, o “Programa Nacional de Bolsas de Arquitectura” para Jovens Arquitectos tem contribuído para o desenho de estratégias de salvaguarda do património e para a criação de condições para a sua divulgação e abertura ao público.

Este Programa de Bolsas de Investigação, no qual a Ordem dos Arquitectos e a Fundação da Juventude se associam, desde 2000, dá sentido à sua missão de apoiar a inserção profissional de jovens (arquitectos).

Na edição de 2015 - 2016 pretendeu-se a realização de trabalhos inéditos de investigação que promoveram um conhecimento aprofundado sobre o modo como o património arquitectónico do século XX marcou ou “fez cidade” em Portugal. O arco temporal em análise esteve simbolicamente balizado entre as datas da Implantação da República em 5 de Outubro de 1910 e da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Foram 10 as bolsas atribuídas, a 11 arquitectos portugueses para a realização de um trabalho de investigação, tendo como objeto de estudo o património de vários municípios parceiros: Caldas da Rainha, Cascais, Figueira da Foz, Funchal, Mação, Maia, Oliveira de Azeméis, Porto, Santa Maria da Feira e Vila de Rei.

Realçando o trabalho e empenho dos jovens bolseiros, dos coordenadores (júri) que os acompanharam no desenvolvimento dos trabalhos, apresenta-se o resultado final, sob a forma de uma exposição.

Uma palavra de apreço a todos os municípios aderentes e à Fundação Millennium bcp pelo apoio financeiro concedido a este Programa de Bolsas.

Francisco Maria Balsemão

Presidente do Conselho de Administração da Fundação da Juventude

Ricardo Carvalho

Presidente Executivo da Fundação da Juventude

ORDEM DOS ARQUITECTOS

Esta edição do Programa Millennium de Bolsas de Investigação, “Cidade e Património Arquitectónico do século XX: 1910-1974”, revela o melhor que pode acontecer quando são criadas as parcerias e as condições para que jovens arquitectos possam desenvolver estudos que contribuam para a construção de uma carta do património arquitectónico nacional do século XX.

Em primeiro lugar, pela adesão dos municípios, em número de dez, de Norte a Sul do país, conferindo uma dimensão verdadeiramente nacional ao Programa.

Esta dimensão verificou-se também numa concertação entre órgãos directivos, nacional e regionais, da Ordem dos Arquitectos que promoveram este Programa em associação com a Fundação da Juventude.

A investigação dos bolseiros possibilita o conhecimento dos valores locais e a definição de estratégias de promoção e salvaguarda do património arquitectónico, expressão de uma identidade e memória local mas também portuguesa.

A Cidade é o “elemento”, no sentido de lugar de implantação, por excelência do património arquitectónico do século XX mas é também o “elemento” dos arquitectos, no sentido do topos onde projectam lugares, do desenho urbano à construção das obras que o tornam vivo.

Por fim, esta exposição proporciona também a divulgação da profissão de arquitecto e da sua importância enquanto recurso, local e nacional, desde a Implantação da República e até o 25 de Abril de 1974, para a qualidade de vida do cidadão.

Hoje, os arquitectos portugueses mantêm a sua disponibilidade para oferecer serviços de qualidade.

João Santa-Rita

Presidente da Ordem dos Arquitectos

FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP

A Fundação Millennium bcp, na sua estratégia de apoios mecenáticos na área da cultura, tem na preservação do património e na arquitetura dois dos eixos prioritários da sua ação.

A nossa atividade nestes domínios tem consistido numa forte intervenção em projetos de recuperação de património classificado, mas igualmente na intervenção como mecenas exclusivo nos prémios da Trienal de Arquitetura, ou como mecenas participante nos prémios de arquitetura AICA ou, ainda, no apoio à representação portuguesa na Bienal de Veneza 2016, que se centrará na obra de Siza Vieira na habitação social.

Vemos a arquitetura como um elemento cultural que condiciona e molda o ambiente urbano, as cidades, o território e a qualidade de vida dos cidadãos.

É igualmente uma área de atividade humana onde o talento português se tem afirmado de forma marcante, nacional e internacionalmente.

Nessa medida acolhemos com naturalidade a solicitação da Fundação da Juventude, entidade com a qual temos desenvolvido diferentes parcerias, para participar na atribuição de bolsas a jovens concorrentes ao programa “Cidade e Arquitetura”.

O envolvimento da Fundação da Juventude, Ordem dos Arquitetos e de dez municípios portugueses e a oportunidade que proporcionamos, com a atribuição de bolsas, a dez jovens arquitetos, num momento em que a classe vive um período de carência de trabalho, fazem deste projeto algo que se coaduna na perfeição com a nossa opção de nos centrarmos em realizações que envolvam parceiros públicos e privados e que possam trazer mais valia social, económica e cultural à sociedade.

Ao contribuir para um melhor conhecimento, em dez localidades, diferentes do património edificado no século XX estamos seguramente a valorizar o património e arquitetura portuguesa e com isso a dar corpo à razão de ser da nossa existência, servir a sociedade e o País.

Fernando Nogueira

Presidente da Fundação Millennium bcp

CIDADE E PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO DO SÉCULO XX: 1910 - 1974

O período histórico proposto para esta série de bolsas de investigações sobre “Cidade e Património Arquitectónico 1910-1974”, cobre um arco temporal particularmente contrastado – os anos turbulentos que se seguiram à implementação da República culminaram com a ditadura salazarista do Estado Novo. Lisboa em 1910 estaria próxima dos 480 000 habitantes, representando mais de 10% da população portuguesa. No resto, a rede urbana era de uma enorme fragilidade e a agricultura ocupava cerca de 65% dos activos e a taxa de analfabetismo era de 75%.

A guerra de 1914 - 1918, a violência, a carestia da vida, o desemprego e, genericamente, o mau viver num país profundamente afastado da sua capital e das elites políticas que aí governavam, depressa goraram as esperanças de desenvolvimento e democracia defendidos pelo regime republicano.

Quando Salazar ocupa o poder em 1932 estavam criadas todas as condições favoráveis para um regime nacionalista anti-democrático, autoritário, corporativo, de partido único. As obras públicas (Duarte Pacheco) e a propaganda da “política do espírito” (António Ferro) vão ser marcas muito fortes do regime e presenças materiais e imateriais da contraditória política de modernização que se seguirá. Os dez trabalhos aqui apresentados, de Cascais ao Funchal, ilustram claramente a turbulência destes tempos – uma modernização intermitente, inscrita num país arcaico marcado pela inércia da pré-modernidade, pela emigração crónica e por contrastes abismais na sua sociedade/território. Entre os ares exóticos do Parque Estoril a alinhar pelo ar do tempo da Europa burguesa e cosmopolita ou os valores modernos do termalismo e da praia nas Caldas da Rainha, a inovação projectual no paisagismo na Figueira da Foz, e o encravamento de Mação e de Vila de Rei, passam-se histórias e factos variados como as dificuldades do processo de industrialização (Maia), o atraso e a tentativa de modernização infra-estrutural e energética (Porto, Maia, Castelo do Bode) e o misto de propaganda, paternalismo e controlo social nas campanhas de obras das Escolas dos Centenários (Oliveira de Azeméis), das Habitações de Renda Económica (Funchal) e das obras do regime (Vila da Feira).

Ilustrando estes anacronismos e contradições, lembra Fernando Rosas : Tão tarde como em 1953, falando, por paradoxal que pareça, a propósito do I Plano de Fomento, Salazar dizia que “aqueles que não se deixam obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram, acima de tudo, a uma vida que embora modesta seja suficiente, sã, presa à terra, não poderiam nunca seguir por caminhos em que a agricultura cedesse à indústria”. E continuava: “Sei que pagamos assim uma taxa de segurança, um preço político e económico, mas sei que a segurança e a modéstia têm também as suas compensações”.

A arquitectura, para além do muito que se diz que é, também funciona como um suporte narrativo dos tempos e das circunstâncias que explicam as obras que a materializam. Nem sempre a “cidade” esteve presente nesta conjuntura, nem como expressão de reconhecimento colectivo de cidadania democrática, nem como forma urbana conotada com certos modelos tidos como genéricos e universais. Quanto ao “património”, encontraremos aqui de tudo – desde o património enquanto valor que se quer preservar e legar às gerações futuras, até ao património que apenas se quer referir e documentar para depois arrumar e esquecer. É que sendo a excepcionalidade uma característica fundadora do sentimento patrimonializador, o aumento desmedido dos bens e dos discursos patrimoniais produz uma inversão de sentido que banaliza essa excepcionalidade e torna a protecção e a valorização uma verdadeira impossibilidade. Em todo o caso, distinguir a excepcionalidade de outra coisa, ou construir formas de ver e dar a ver património de uma forma diferente da habitual, é missão inteiramente cumprida por estes investigadores que assim contribuem para o conhecimento, o debate e a difusão de valores materiais e imateriais constitutivos da res publica, coisa sem a qual a própria esfera pública se enfraquece e define. Bem hajam por isso!

Álvaro Domingues

Geógrafo, Professor e Investigador na FAUP

ANDRÉ PRATA

AS ESCOLAS DOS CENTENÁRIOS EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS

O “Plano dos Centenários”, enquanto primeiro programa concertado de construções de Escolas para o Ensino Primário levado a cabo em pleno Estado Novo, deixou um extenso e marcante legado por todo o território nacional. O presente trabalho procura estabelecer um reconhecimento e mapeamento de todas as construções executadas no âmbito do Plano no concelho de Oliveira de Azeméis, identificando e confrontando as suas variadas características e contextos, tanto arquitetónicos como geográficos, de implicações tão importantemente sociais como culturais.

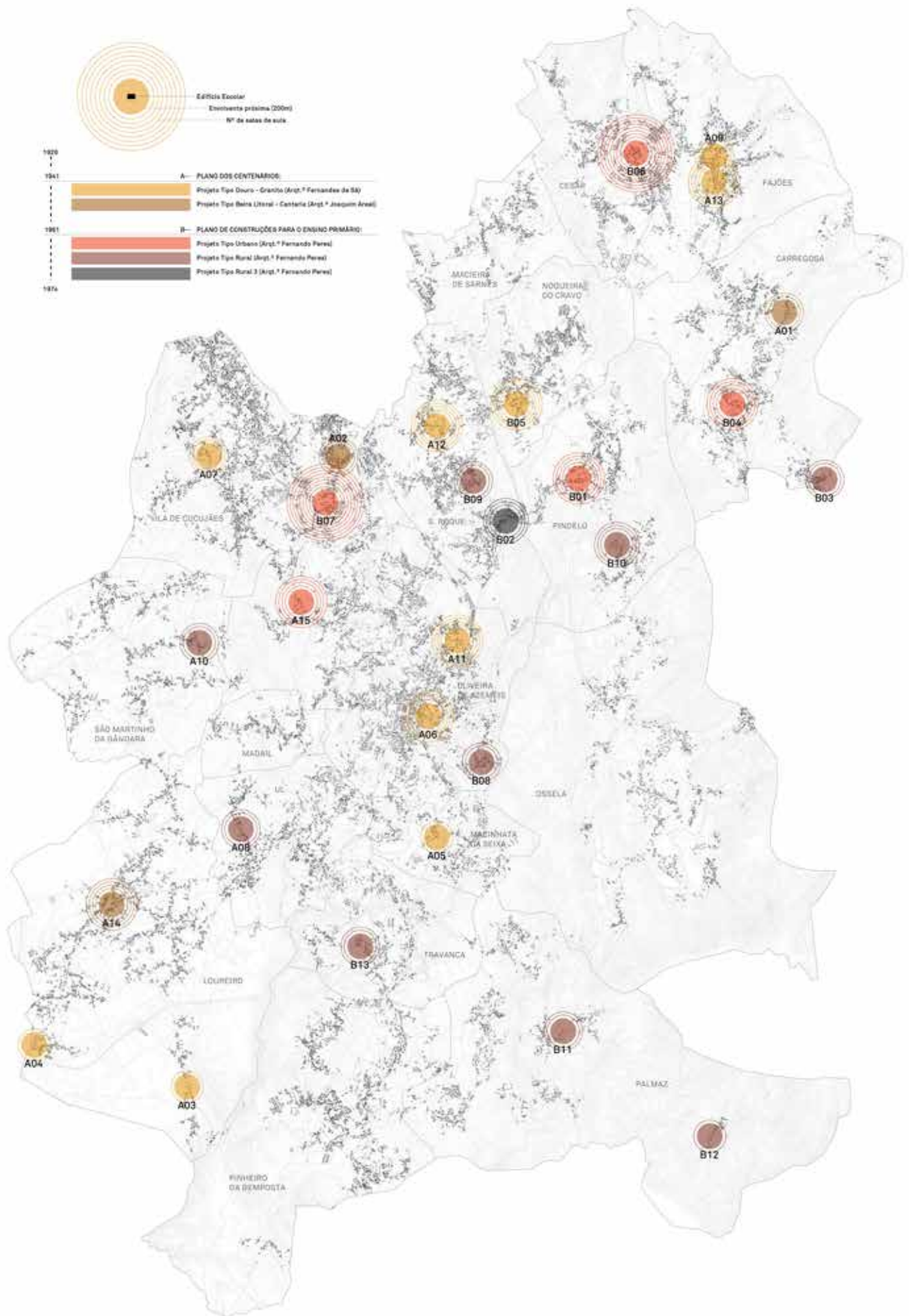
Anunciado a 17 de dezembro de 1940, no âmbito das comemorações do duplo centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, o “Plano dos Centenários” vigora até 5 de abril de 1961, mas muitas das suas realizações virão a assumir expressivos atrasos e desfasamentos temporais. Seguindo a lógica dos projetos-tipo regionalizados de Raúl Lino e Rogério de Azevedo, de 1935, os novos projetos são aprovados a 9 de março de 1944, tendo as suas variantes regionais a autoria dos arquitetos Manuel Fernandes de Sá (Norte), Joaquim Areal (Centro), Eduardo Moreira dos Santos (Lisboa) e Alberto Braga de Sousa (Sul). Já a 13 de março de 1956 são aprovados novos projetos-tipo da autoria do arquiteto Fernando Peres, os quais em parte são ainda implementados na última fase do “Plano dos Centenários” e a grande maioria no novo “Plano de Construções para o Ensino Primário”, que vigora a partir de 1961. De um total de 23 edifícios previstos no primeiro Plano para o concelho de Oliveira de Azeméis, identificam-se e analisam-se 15 construções. Já no segundo Plano, de um planeamento de 36 novas escolas identificam-se construídos até 1974 13 edifícios, na sua grande maioria em núcleos rurais.

Enquanto produto de um regime ditatorial, são notórias as interferências de cariz ideológico tanto nos objetivos do programa como nas próprias tipologias e linguagens arquitetónicas adotadas.

O regime geral da separação dos sexos, adotado em 1927, virá mesmo a proibir a coeducação a partir de julho de 1941, o que se traduz na obrigatoriedade de acessos e funcionamentos independentes nas escolas que integram os dois sexos. Por outro lado, a constante preocupação pela contenção de custos e correspondente facilidade de execução limitou em grande medida a possibilidade de inovação arquitetónica, incorrendo as soluções não raras vezes em técnicas correntes e linguagens conservadoras, um pouco ao sabor e imagem do que mais agradava ao regime.

Os edifícios escolares construídos no âmbito do Plano assumem também frequentemente um papel de relevo e destaque nas zonas onde se inserem, quer pela sua arquitetura quer pela sua importância social. Este aspeto é ainda mais notório em zonas rurais, onde a escassez de edifícios públicos é uma realidade, passando a Escola a determinar um impacto paisagístico de natureza ideológica. A dispersão do território de Oliveira de Azeméis e forte carácter identitário dos seus lugares, quer de traça rural quer urbana, permite analisar as suas relações com a envolvente e confrontá-las entre si mesmas, enquanto construções de uma rede de edifícios de serviço público a uma demografia variável.

Este estudo, que se pretende assumir como contributo útil ao reconhecimento e classificação deste património ou mesmo a possíveis novas incursões ou investigações que sobre ele incidam, conduz-se através de uma análise bibliográfica e arquivística de um contexto temporal balizado entre os anos de 1910 e 1974. Paralelamente, os registos “in situ” procuram acrescentar e confrontar informações fundamentais ao seu correto entendimento, tanto particular como geral, sistematizando em materiais gráficos as mais relevantes características e valores do seu conjunto.



//1 Mapeamento comparativo das construções escolares no âmbito do Plano dos Centenários e do Plano de Construções para o Ensino Primário no concelho de Oliveira de Azeméis entre 1941 e 1974

PRIMEIRAS HABITAÇÕES DE RENDA ECONÓMICA: FUNCHAL 1935-70

Os primeiros Bairros Sociais de iniciativa pública construídos em Portugal fazem parte do programa de casas económicas lançado em 1933 pelo Estado. Foram construídos vários bairros no âmbito deste programa em todo o país, nomeadamente Lisboa, Porto, Braga e também no Funchal. Tendo por orientação o Plano de Ventura Terra de 1915 e o Plano de Urbanização do Funchal de 1931-33, Fernão Ornelas pôs em prática as políticas do Estado Novo no Funchal utilizando a habitação social como elemento chave de uma política construtiva com carácter social. Os primeiros bairros a serem construídos no Funchal foram os de São Gonçalo e de Santa Maria Maior. Estes bairros seguiam as indicações dadas pelo programa nacional de 1933 mas numa escala menor.

Bairro de São Gonçalo (1939)

O bairro tem 17 casas com 68 habitações tipologia T2. Cada casa, com 95m², tem 4 habitações de 25m². As casas dispõem-se de forma paralela ao longo de quatro ruas pedonais com a exceção de duas casas no segundo arruamento que sofrem uma rotação de 45 graus para formar uma pequena praça. Os espaços interiores, com áreas muito exíguas e sem espaços de circulação, são compostos por dois quartos de 7m², uma cozinha com 6,5m² e uma casa de banho com 1,5m². A construção foi feita em blocos de cimento e a cobertura de quatro águas em telha de barro sobre armação de madeira.

Bairro dos Viveiros (1946)

O Bairro dos Viveiros foi desenvolvido em duas fases, na primeira fase foram construídas as moradias em banda e na segunda fase os blocos de apartamentos. As 48 casas estão distribuídas em banda ao longo de arruamentos paralelos. A área das habitações é de 50m², cada habitação tem um pequeno canteiro junto ao alçado frontal. Nos terrenos anexos ao Bairro foram estudadas várias propostas para a ampliação. Apesar de ter existido alguma hesitação sobre a tipologia a adotar na ampliação, casas em banda ou blocos de apartamentos, a decisão recaiu sobre os blocos seguindo a tendência nacional de substituir as casas térreas da arquitetura do regime por uma arquitetura mais

modernista. O projeto tem quatro blocos de apartamentos com três pisos e tipologia esquerdo/direito.

Bairro de Santa Maria (1940)

O Bairro de Santa Maria Maior foi construído em simultâneo com o Bairro de São Gonçalo, o projeto de arquitetura, a memória descritiva e o caderno de encargos são posteriores mas muito semelhantes. Foram construídas 25 casas com 100 habitações tipologia T2. As casas dispõem-se de forma paralela ao longo de cinco ruas pedonais orientadas a noroeste-sudeste. Foi criada uma rua que atravessa diagonalmente o bairro, dividindo-o em duas zonas, e que termina numa rotunda de retorno.

O bairro hoje de Santa Maria Maior é hoje em dia o único dos três bairros de renda económica do Funchal dos anos 40 que não foi demolido. Ao longo dos anos, e baseando-se num sistema de auto-construção ilegal mas tolerado pelo município, cada morador foi expandindo o seu espaço. Delimitaram na maior parte dos casos os terrenos com muros limítrofes e construíram dentro destes muros espaços que chegam a ocupar três pisos. A Câmara Municipal é proprietária das habitações e responsável pela manutenção das mesmas. A Câmara só faz a manutenção das áreas legalizadas no entanto o estado de conservação do bairro é na sua generalidade bom, os moradores garantem a manutenção das restantes áreas. A maior problemática que emerge deste sistema de auto-construção prende-se com o conjunto urbano que resulta de um somatório de partes. As casas são pouco ventiladas, tem áreas interiores sem luz direta e um défice de áreas exteriores comuns. É urgente que seja feita uma análise do bairro enquanto conjunto urbano, e sem ignorar as particularidades intrínsecas a cada casa, para que sejam definidas estratégias de regeneração. É fundamental legalizar as construções garantindo melhores condições de habitabilidade. Existem variadas soluções regenerativas alternativas à demolição total.



//2 Bairro de São Gonçalo (recorte de jornal não identificado)



//3 Fotografia aérea do Bairro de Santa Maria Maior, 29.02.2016

DANIELA ALVES RIBEIRO

(INFRA)ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO ENERGÉTICA. O CARVÃO NO SISTEMA URBANO DO PORTO

A introdução de carvão mineral como combustível vem alterar todo o sistema de produção e distribuição de energia: pela primeira vez, a indústria começa a viver da sua acumulação. Deixa de ser o combustível o fator determinante na localização das estruturas produtivas.

Associada à lógica de distribuição do combustível implementa-se uma série de estruturas físicas que pontuam o território de acordo com o sistema de transformação do carvão em energia. Estruturam-se os sistemas de transporte de forma a que os edifícios de armazenagem e de transformação do minério constituam núcleos intermodais, de articulação com as redes de distribuição urbana, nacional e até mesmo internacional; para a produção de briquetes, define-se uma implantação na proximidade dos sistemas de transporte e dos pontos de consumo; para “apoio ao consumidor”, os equipamentos de controlo e sedes administrativas têm lugar privilegiado nos espaços representativos da Cidade.

É esta a lógica de abastecimento de combustível à cidade do Porto que acompanha o maior desenvolvimento industrial e, consequentemente urbano, da Cidade ao longo do século XX.

Perceber o processo de industrialização do Porto implica o entendimento das dinâmicas infraestruturantes a jusante e a montante. O abastecimento de carvão foi sempre entendido como de carácter residual, no entanto suporta todo o processo de infraestruturização industrial. Importa pois perceber as lógicas inerentes ao abastecimento de combustível para uso doméstico, à indústria, bem como à produção de energia eléctrica na, e para, a Cidade.

Com uma rápida aproximação ao tecido urbano da Cidade actual, apercebemo-nos que quase nada restou das estruturas carboníferas na sua materialidade. No entanto, as lógicas que ditaram a sua formalização, enquanto linha de produção do próprio território, mais ou menos reflexo das políticas de desenvolvimento urbano, deixaram as suas marcas na Cidade que hoje conhecemos.

Mais do que as estruturas físicas decorrentes do sistema energético subjacente à transformação do carvão enquanto energia potencial, a sua pertinência enquanto lógica infraestruturante, enquanto modelo, ganha relevância.

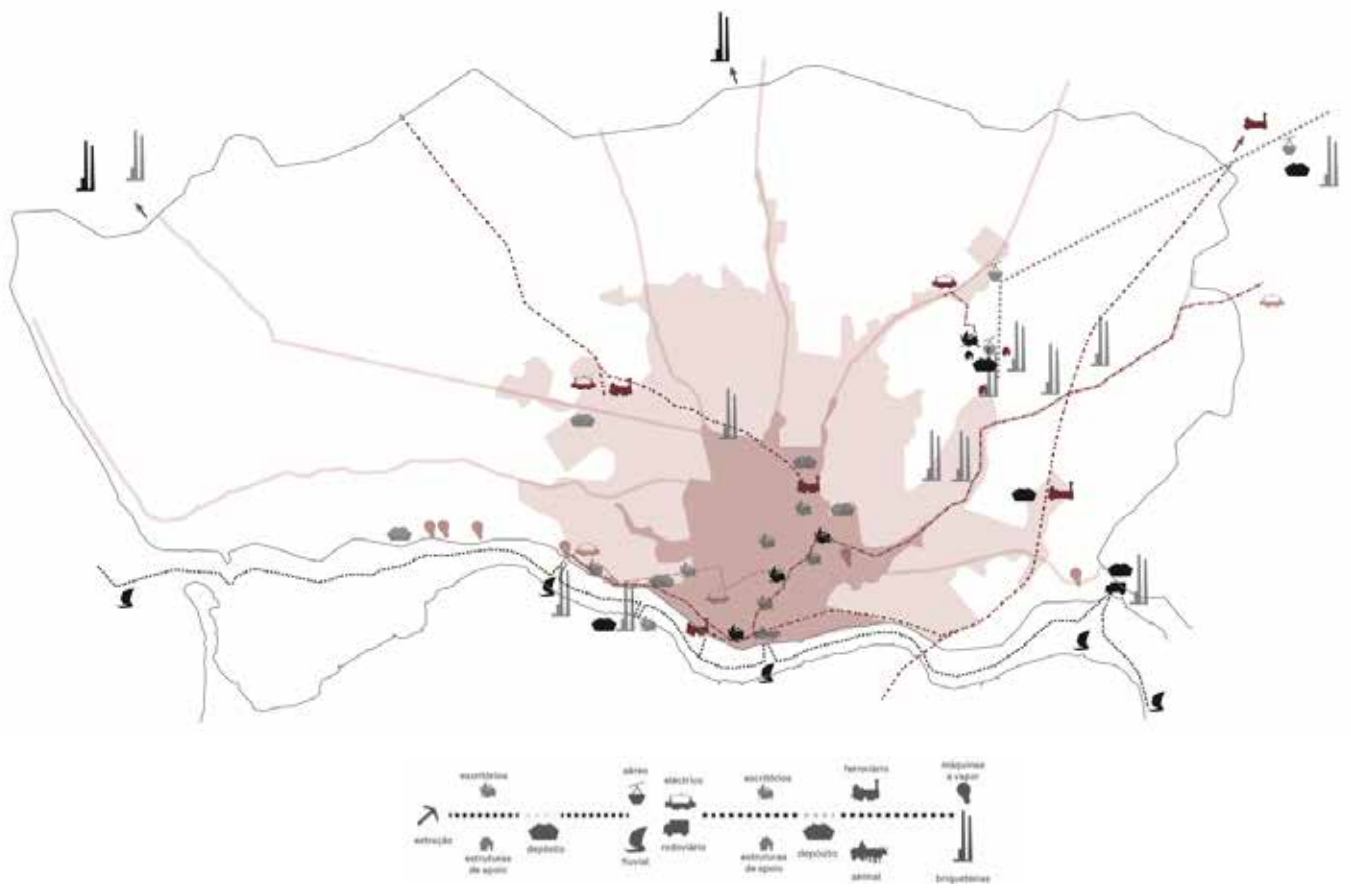
No caso do sistema carbonífero esta questão aprofunda-se com o seu entendimento enquanto sistema de produção energética, estreitamente vinculado ao território e determinante para a construção da paisagem tecnológica que se estende desde a mina até aos sistemas infraestruturantes do Porto.

Se a cidade pré-industrial –anterior à utilização do carvão como combustível- raramente excedia o meio milhão de habitantes e o seu zonamento era feito de forma automática, com base na concentração das estruturas produtivas junto dos elementos capazes de produzir força motriz, com a introdução do carvão como fonte de energia potencial, a cidade cresce, reorganiza-se com base em novas infraestruturas e modos de vida, preparando-se para a “modernidade”.

Rapidamente, e tal como verificámos, as infraestruturas carboníferas transformam-se em “bandeiras”, símbolo de prosperidade, de progresso e de orgulho nacional, ainda que constituindo-se com base numa indústria altamente exploratória e igualmente poluente.

Ganham relevância não só pela dimensão da memória construída com base nas recordações e informação registada; também, e fundamentalmente, pelo que representam enquanto valor da modernidade.

Neste sentido, mais do que recuperar a memória dos espaços industriais integrantes desta linha de produção territorial, pretendeu-se com esta investigação, re-olhar para a as lógicas subjacentes à infraestruturização carbonífera, entendendo o Porto não como cenário, mas como entidade material em permanente transformação, que reflete e incorpora estas lógicas, dando-lhes significado enquanto motor da transformação urbana.



//4 Estruturas Carboníferas. Porto, 1960.

MAÇÃO: ESPAÇO ENTRE NECESSIDADE E DESEJO

ORTIGA – A ÁGUA COMO GERADORA DE PERCURSOS ARQUITECTÓNICOS

“Temos diversões cinegéticas, piscatóricas e náuticas nas barragens da Ocreza e do Tejo. Estamos no centro do país, a distância relativamente curta da capital e com boas comunicações por estrada e caminho de ferro. O turismo moderno tem exigências que o nosso concelho está longe de oferecer. Não basta que as montanhas se cubram de pinheiros e de outras árvores, nem que aja panoramas imponentes e variados, nem que as barragens se prestem para natação, pesca e desportos náuticos. São necessárias outras comodidades...” (1).

O rio Tejo assume-se como um dos principais intervenientes no que diz respeito ao desenvolvimento económico da freguesia de Ortiga. A sua importante função enquanto meio de transporte e ligação entre o litoral e o interior do território, em períodos marcados pelas dificuldades na circulação de pessoas e de bens por via terrestre, foi determinante para se edificar junto a este, e para se assumir como uma fonte económica, cultural e de lazer ao serviço da freguesia.

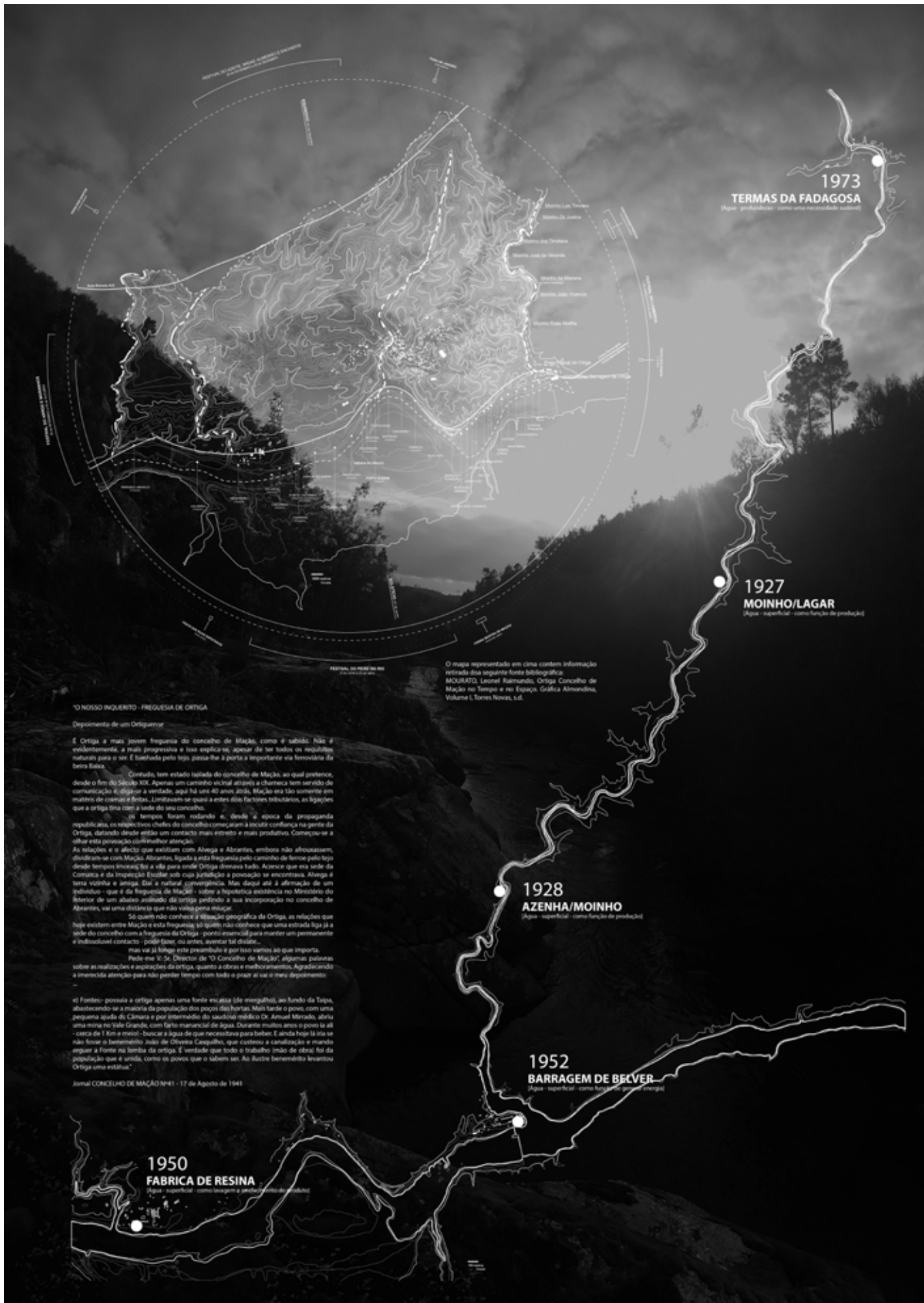
Com o progressivo avanço dos caminhos de ferro e o consequente crescimento e facilidade na mobilidade de pessoas e no transporte de objetos e materiais, o rio Tejo perdeu alguma da sua relevância no que diz respeito às questões de mobilidade. Além dessa função, o rio possuía muitos outros benefícios através do aproveitamento das suas águas para fins agrícolas, como força motriz para o funcionamento de dezenas de azenhas existentes ao longo do seu curso, e ainda era utilizado como fonte de matérias primas. Também foi e continua a ser interpretado como um espaço lúdico, um espaço que marcou muito os seus cidadãos e que todos recordam com muito agrado. Era um local que permitia também aos seus conterrâneos usufruir e ocupar de modo simples e saudável os seus tempos livres.

A freguesia de Ortiga permite-nos propor um projeto estratégico a nível urbano, com a identidade da marca Mação, mostrando a “arte de fazer” através da recriação e do aproveitamento de estruturas existentes – importantes no desenvolvimento histórico do município. Estas estruturas, foram selecionadas tendo por referência o rio, explorando as excelentes condições que este nos oferece.

A presente investigação procurou reinventar a água e os espaços que se encontram em seu torno, com o intuito de oferecer à população e aos visitantes do concelho as suas qualidades lúdicas e medicinais. A água, elemento vital por excelência, é uma fonte de saúde cada vez mais reconhecida pelos benefícios naturais que traz para os tratamentos dos mais diversos tipos de problemas. Outrora o Município de Mação era conhecido como um sanatório urbano, e foi a partir dessa abordagem que a “água” passou a assumir-se como elemento fulcral no desenvolvimento deste trabalho.

Embora o vasto campo de ruínas, junto ao rio Tejo, tenha sido saqueado durante muitos anos pelos camponeses da região, que ali foram buscar pedras para a construção de casas e muros, ainda se conservam muitos vestígios de construções acima do nível atual do solo que devem ser requalificados e acima de tudo assumidos como espaços históricos e de memória da freguesia de Ortiga. A investigação aqui apresentada permitiu a criação de bases para futuramente se desenvolver uma investigação mais aprofundada e específica acerca da Freguesia de Ortiga e do seu património em torno do rio Tejo.

(1) Manuel de Jesus Martins, Monografia de Envendos, Junta Distrital de Santarém, Santarém, 1974, p. 150



1973
TERMAS DA FADAGOSA
 (Água - profunda) - como uma necessidade turística

1927
MOINHO/LAGAR
 (Água - superficial) - como função de produção

1928
AZENHA/MOINHO
 (Água - superficial) - como função de produção

1952
BARRAGEM DE BECVER
 (Água - superficial) - como fonte de energia

1950
FABRICA DE RESINA
 (Água - superficial) - como irrigação e produção industrial

O mapa representado em cima contém informação retirada das seguintes fontes bibliográficas: MOURATO, Leonel Ramalho, Ortopia Concelho de Mação no Tempo e no Espaço, Gráfica Almondina, Volume I, Torres Novas, s.d.

"O NOSSO INQUÉRITO - FREGUESIA DE ORTIGA"

Depoimento de um Ortigueiro

É Ortiga a mais jovem freguesia do concelho de Mação, como é sabido. Não é evidentemente, a mais progressiva e isso explica-se, apesar de ter todos os requisitos naturais para o ser. É localizada pelo topo, numa fha à porta a importante via ferroviária da Beira Baixa.

Contudo, tem estado isolada do concelho de Mação, ao qual pertence, desde o fim do Século XIX. Apenas um caminho vicinal através a charreca tem servido de comunicação e, apesar da ventosidade, aqui há uns 40 anos atrás, Mação era tão somente um mesteiro de comas e fendas. Limitavam-se quasi a estes dois factos tributários, as ligações que a ortiga tinha com a sede do seu concelho.

Os tempos foram rotando e, desde a época da propaganda republicana, os respectivos chefes do concelho começaram a prestar atenção na parte da Ortiga, datando desde então um contacto mais íntimo e mais produtivo. Começou-se a olhar esta povoação com maior atenção.

As relações e o afecto que existiam com Alvêga e Abrantes, embora não afrouxassem, diminuíram com Mação. Abrantes, ligada esta freguesia pelo caminho de ferro, veio logo desde tempo iniciar a vida para onde Ortiga sempre foi. Acrente que na sede da Comarca e da Inspeção Escolar sob cuja jurisdição a povoação se encontrava, Alvêga é terra vizinha e amiga. Daí a natural convergência. Mas daqui até à afirmação de um indivíduo - que é da freguesia de Mação - sobre a hipotética existência no Município do fidejussor de um abade, assistido da ortiga profunda e sua incorporação no concelho de Abrantes, vai uma distância que não vale a pena mesurar.

Só quem não conhece a situação geográfica da Ortiga, as relações que hoje existem entre Mação e esta freguesia, só quem não conhece que uma estrada liga já a sede do concelho com a freguesia da Ortiga - poderá pensar para manter um pensamento e indissolúvel contacto - poder fazer, ou antes, avarer tal distar...

mas vai já fofego este presumbido e por isso vamos ao que importa. Pede-me V. Sr. Director de "O Concelho de Mação", algumas palavras sobre as realidades e aspirações da Ortiga, quanto a obras e melhoramentos. Agradecendo a inmensa atenção para não perder tempo com todo o prazer aí vai o meu depoimento.

At Fontes: passava a ortiga apenas uma fonte enxada (de mergulho), ao fundo da Tapia, abastecendo-se a maioria da população dos povos das hortas. Mais tarde o povo, com uma pequena ajuda da Câmara e por intermédio do saudoso médico Dr. Anselmo Miranda, abriu uma mina no vale Grande, com farto manancial de água. Durante muitos anos o povo ia ali - cerca de 1 km e meio - buscar a água de que necessitava para beber. E ainda hoje lá vai se não fosse o benemérito João de Oliveira Carvalhal, que custeou a canalização e mandou erguer a Fonte na lombo da ortiga. É verdade que todo o trabalho (mão de obra) foi da população que é unida, como os povos que o sabem ser. Ao fustre benemérito levantou Ortiga uma estátua.

Journal CONCELHO DE MAÇÃO Nº41 - 17 de Agosto de 1941

JOANA BARBEDO

O PROGRESSO TAMBÉM PASSOU POR AQUI. O PANORAMA ARQUITECTÓNICO DE VILA DE REI E A BARRAGEM DE CASTELO DE BODE.

Localizada no centro de Portugal e pertencente ao distrito de Castelo Branco, Vila de Rei nasceu como concelho a 19 de Setembro de 1285, com o foral de D. Dinis. Séculos depois, a sua história recente é marcada pelas consequências da sua localização geográfica, passando, como grande parte do interior do país, por um processo de desertificação e empobrecimento. Porém, durante o Estado Novo, e como consequência da tentativa de modernização nacional, Vila de Rei passou por um processo de transformação e influência particulares, que permitem observar de que forma e em que escala a modernização aconteceu em Portugal.

Os primeiros anos da ditadura são caracterizados por uma forte política de obras públicas e por todo o país foram construídos equipamentos que aproximariam Portugal dos padrões da Europa. Por essa altura, iniciou-se a construção da Barragem de Castelo de Bode, integrada no programa para a Rede Eléctrica Nacional, trazendo consigo promessas de mudança, associadas à indústria, à modernização e à melhoria geral das condições de vida. Esta barragem foi inaugurada a 21 de Janeiro de 1951 e, enquanto as grandes figuras do Estado assistiam ao momento, o concelho de Vila de Rei via desaparecer parte do seu território em nome do progresso. Este dia, crê-se, marcou um ponto importante na história do município.

A construção de tão importante infraestrutura e as circunstâncias que a envolveram - a criação de novas vias de comunicação, as compensações financeiras do Estado, a chegada da electricidade e com ela a vida moderna – criaram a expectativa de mudança. Afastada das zonas urbanas, Vila de Rei pôde observar de perto a construção da barragem que permitiria finalmente a criação da Rede Eléctrica Nacional. Isto significava que Portugal poderia relançar a indústria e a economia ganharia um novo ânimo. É também neste âmbito que surgem, pela mão de Duarte Pacheco, em 1934, os Planos Gerais de Urbanização.

Pouco tempo depois da inauguração da barragem, o concelho submete a apreciação da Administração Central o Antepiano Geral de Urbanização, da autoria de Mário de Oliveira. Embora este plano não tenha sido executado na íntegra, foram construídas

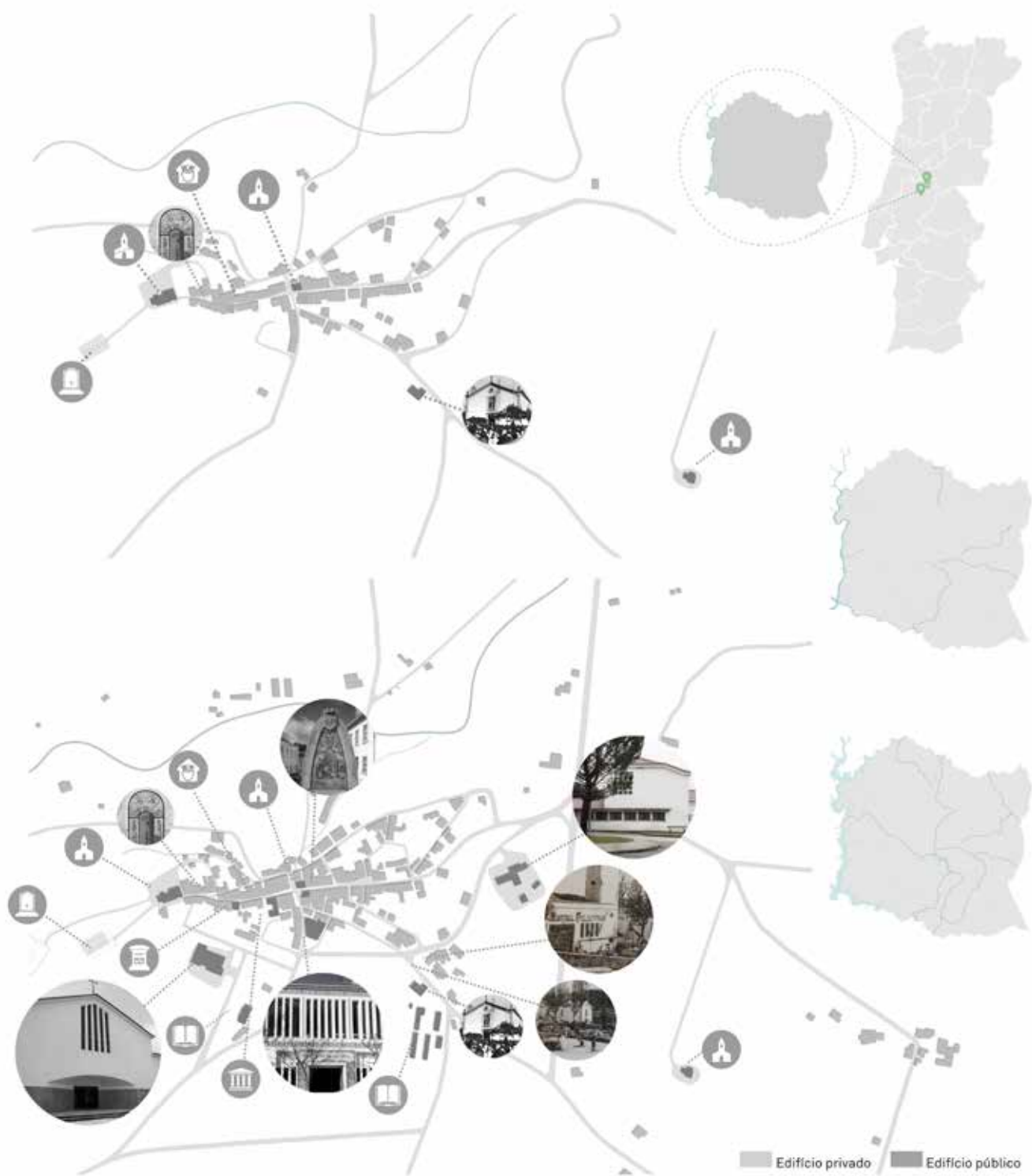
escolas, equipamentos, como o Hospital da Misericórdia, a Igreja da Nossa Senhora da Conceição ou o Mercado Municipal, e várias vias de comunicação.

Foram criadas diversas infraestruturas como a rede de abastecimento domiciliário de água, a rede de águas residuais e a substituição da iluminação pública a petróleo pela electricidade, indiciando a vontade de modernidade que se fez sentir no município, introduzindo uma nova leitura do território.

Tudo isto levava a crer que a mudança e o desenvolvimento tinham chegado mas a verdade é que isto não se verificou, o que significou um golpe duro na evolução e desenvolvimento do município. O que aconteceu aqui foi também o que aconteceu no resto do país, fruto de políticas de investimento e de crescimento com uma base demasiado frágil e volátil. Em geral, todos os processos eram demasiados lentos o que resultava da desadequação dos programas à realidade.

Na análise evolutiva de Vila de Rei, percebe-se que se pode olhar para este município como uma metáfora do que se passou em Portugal durante o Estado Novo. Onde o impacto socioeconómico da barragem de Castelo de Bode se associa ao desencantamento com o progresso tecnológico, que se tornou inviável sem uma base de crescimento e investimento sólido acelerando a desertificação e o empobrecimento. No final da década de 1950 e até ao final da ditadura, inicia-se um processo de abrandamento económico, não só em Vila de Rei mas no resto do país, que resultou da prosperidade pouco sólida do país que se esgotou ao longo do tempo.

Entre 1933 e 1974, existiam em Portugal muitas realidades, como se a velocidade fosse diferente nas várias zonas do país, apesar de existir vontade na sua homogeneização através de uma imagem de Estado de Poder. Perceber Vila de Rei permite também compreender as diferentes escalas do que significou a inovação, o progresso e o ser moderno em Portugal.



//5 Plantas de Vila de Rei em 1947 e 1984.



//6 Vila de Rei no início do século XX; Barragem de Castelo de Bode e o Anteplano Geral de Urbanização para Vila de Rei.

AS CALDAS DA RAINHA DE PAULINO MONTEZ

PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO

O presente trabalho tem por objectivo principal fazer um reconhecimento da cidade das Caldas da Rainha à luz do Plano Geral de Urbanização para ela elaborado pelo arquitecto Paulino Montez, em 1949. Assim, pegando neste caso de estudo em concreto, conduziu-se uma investigação focada na evolução da forma urbana desta cidade ao longo do século XX, de forma a conseguirmos mapear as zonas em que esta, no seu estado actual, respeita os preceitos do Plano original. Com isto, pretendemos evidenciar a visão de Paulino Montez para esta cidade, e o que resta dela, para que quem a visita hoje possa experienciá-la à luz desta visão.

No primeiro capítulo procede-se a uma desmontagem espacial e temporal da forma urbana da cidade das Caldas da Rainha ao longo do tempo, até aos dias de hoje. Para tal, reunimos num mesmo suporte (apresentado na cronologia nos painéis A1 1 e 2) todos os materiais e conhecimentos adquiridos sobre o caso de estudo, desde fotografias, cartografias, acontecimentos, etc. Daí o título do capítulo incluir o termo *leitura espaço-temporal*, visto que o seu propósito foi o de relacionar a evolução temporal com a evolução espacial, culminando numa compreensão global e integral destas duas dimensões.

O segundo capítulo prende-se mais com a realização do objectivo principal do trabalho: o de dar a conhecer e entender a cidade das Caldas da Rainha a partir da visão de Paulino Montez, produzindo para isso um guia para o visitante (apresentado nos painéis A1 2 e 3, em exposição). Com este guia, que num único suporte representa as ruas da cidade actual que respeitam os preceitos do plano, os edifícios mais relevantes para a compreensão do plano e da implantação e forma deste, o desenho de espaço público e as

ruas da zona da cidade pré-existente que influenciaram o traçado do plano, o visitante poderá facilmente ler a cidade actual à luz do Plano Geral de Urbanização de Paulino Montez, de 1949.

No terceiro capítulo procedemos a uma reflexão crítica sobre o carácter do Plano. Procuramos aqui, com recurso a diversas referências exteriores à disciplina da arquitectura, produzir uma análise comparada entre o contexto histórico-político europeu do século XX, os eventos críticos do ponto de vista da disciplina arquitectónica ao nível internacional, o trabalho do arquitecto Paulino Montez e, mais concretamente, o trabalho realizado por este para a cidade das Caldas da Rainha, culminando numa visão pessoal sobre o Plano Geral de Urbanização, defendendo que este representa uma visão modernista no que toca à forma de se pensar e construir a cidade.

Pretendemos, com este trabalho, contribuir com uma sugestão: entender a cidade das Caldas da Rainha implica, na nossa opinião, entender a visão urbana que Paulino Montez idealizou, sendo que a cidade actual não é nem esta visão, nem totalmente independente dela. Paulino Montez foi apenas um dos agentes de transformação dum território, diariamente transformado pelos seus habitantes ao longo dos tempos. No entanto, permanecem muitos dos traços do plano. Assim, defendemos que o presente trabalho pode estimular um conhecimento desta cidade à luz deste plano, bem como fornecer algumas pistas conceptuais para uma eventual intervenção futura nesta cidade.



//7 Traçado actual da cidade das Caldas da Rainha que respeitou o Plano Geral de Urbanização de Paulino Montez, de 1949.

O RIO LEÇA E A IDENTIDADE INDUSTRIAL DA MAIA DA PONTE DA PEDRA À PONTE DOS MOINHOS DA LAGE (1910-1974)

A presente investigação pretende refletir sobre a dinâmica territorial de implantação na Maia, de cinco unidades industriais ao longo do rio Leça, a análise da arquitetura industrial de dois casos de estudo (Amorim, Lage, Lda. e Soares & Irmãos, Lda.) e a recuperação de uma memória industrial. A Maia de final do séc. XIX e princípio do séc. XX, era uma terra despojada da sua anterior grandeza, e que vagueava ao sabor do esforço agrícola diário.

Num território essencialmente rural e agrícola, as unidades industriais foram agentes ativos na mudança de paradigma da paisagem, criação de emprego e fixação de pessoas. Entre a ponte da Pedra e a ponte dos Moinhos da Lage, implantaram-se na margem do rio Leça uma fábrica de moagem e fábrica de massas alimentícias, uma fábrica de curtumes, uma refinaria de azeite e fábrica de extração de óleos vegetais, e duas fábricas têxteis.

Em 1919 foi construída a fábrica de moagem da Amorim, Lage & Soares, Lda., na confluência do rio Leça com a ponte de Parada, continuadora dos Moinhos da Lage, nos quais a família Lage produzia farinhas desde a década de 60 do séc. XIX. Com a saída de um dos sócios em 1931, passou a designar-se Amorim, Lage, Lda. A fábrica de massas alimentícias Milaneza data de 1933, seguindo-se entre os anos 40 e a década de 60 do séc. XX, a construção de uma nova moagem, armazéns, silos, a primeira semolaria de trigo duro em Portugal e realizado um constante investimento em maquinaria.

A 10 de Agosto de 1953 foi inaugurada a refinaria de azeite, da empresa Soares & Irmãos, Lda., projetada pelo engenheiro António Neto da Silva. Entre 1954 e 1962, os arquitetos Arménio Losa e Cassiano Barbosa projetaram armazéns, edifícios de depuração e extração de óleos vegetais, laboratório e habitações operárias, num contínuo processo de ampliação da unidade industrial. Soares & Irmãos, Lda. começaram por extrair óleo de bagaço de azeitona e foram “os primeiros, em Portugal, a fabricar óleos de grainha de uva, de germen de milho, e de semente

de tomate” (2), sendo igualmente referida a produção de óleo de bolota (3). Em 1969 a fábrica foi comprada pela Algodoeira Agrícola de Angola.

A implantação da indústria nas margens dos rios tem uma longa história, e não é exclusiva de Portugal, tendo a água sido usada para a atividade industrial e como força motriz. Na área de estudo, apenas nas azenhas do rio Leça foi explorada a segunda opção. O rio assumiu até 1955 um importante papel para a Amorim Lage, Lda., na limpeza do trigo e para o fabrico das massas alimentícias Milaneza. Com o desenvolvimento nos anos 50 de uma tecnologia de limpeza do cereal por via seca, a necessidade de água reduziu significativamente. Soares & Irmãos, Lda. captou igualmente água do rio Leça para a fábrica de extração de óleos vegetais, sendo que para as habitações operárias, inicialmente a água era captada de minas existentes no local. Perante os avanços tecnológicos e a progressiva diminuição da qualidade da água, o rio Leça perdeu a sua importância.

Identificaram-se três modos de implantação das unidades industriais: por continuidade, implantação de raiz e deslocalização. Os complexos industriais cresceram por agregação de novos edifícios, ampliando a sua dimensão à medida das suas necessidades. O processo de crescimento da indústria dentro da área de estudo, contou com empreendedores da Maia, mas a vinda de pessoas de outras paragens, com uma nova visão e iniciativa foi de extrema importância.

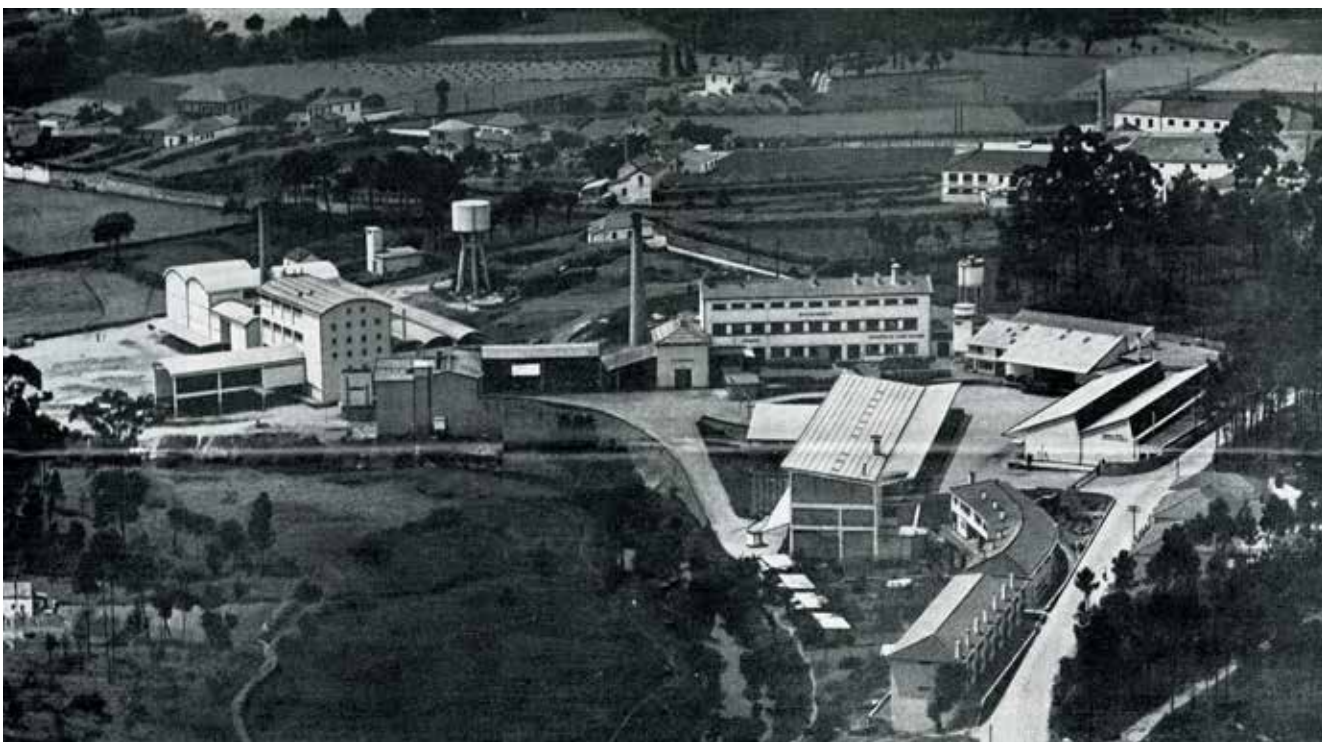
Dos cinco casos de estudo, apenas um mantém a função original para que foi construído, Amorim, Lage, Lda. (atualmente com a designação Cerealis), tendo sido sucessivamente ampliado e atualizado tecnologicamente. Na antiga fábrica de extração de óleos vegetais, funciona atualmente um centro empresarial.

(2) Jornal Vouga nº 155, Junho de 1966, p.2.

(3) Jornal Vouga nº 167, Junho de 1967, p.8.



//8 Amorim, Lage, Lda., fotografia aérea, 1964. Arquivo Cerealis.



//9 Soares & Irmãos, Lda., fotografia aérea, 1960. Jornal Vouga nº 87, Outubro de 1960, pp. 4 e 5.

RODRIGO LINO GASPAR

PARQUE ESTORIL - EVOLUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ARQUITECTURA

MUNICÍPIO DE CASCAIS

A unidade urbana e paisagística que designamos por Estoril é uma marca territorial de um projecto pensado de origem para um sítio específico e um programa inovador, sem precedentes em Portugal. O Estoril definiu uma nova centralidade que contribuiu fortemente para o desenvolvimento urbano da Costa do Sol e do concelho de Cascais.

O Estoril é uma paisagem construída num conjunto de vales, de um território que se estende de Lisboa a Cascais, espaço natural de vigia e defesa militar da Barra do Tejo. Porém com a introdução de um novo hábito social, a prática de banhos-de-mar, este espaço será palco de uma transformação radical. A presença sazonal da elite da sociedade no final do séc. XIX, provocou o interesse da alta finança, que investiu no desenvolvimento: de um lado, as vias de comunicação, a Estrada Real e a linha ferroviária; por outro o desenvolvimento de aglomerados urbanos existentes e a criação de novos conjuntos.

Fausto de Figueiredo, empreendedor, e Henri Martinet, arquitecto paisagista, publicavam em 1914, o folheto-álbum Estoril: estação marítima, climatérica, thermal e sportiva. A ideia transformava um pinhal numa estância balnear e termal à escala internacional. O projecto desenhava um conjunto cenográfico de equipamentos lúdicos de grande escala e excepção, organizados em torno de um jardim axial perpendicular ao mar, com grande destaque para a sua *pelouse* (relvado) com o Casino à cabeça do conjunto, em modelos importados de França. As primeiras obras prosseguiram, quando o arquitecto Silva Júnior é chamado a adaptar os projectos, numa re-estilização das estruturas em defesa da arquitectura nacional em plena Iª Guerra Mundial. Perante as dificuldades financeiras do tempo, o restante pinhal seria loteado para urbanização de residências burguesas, transformando a estância numa operação de expansão urbana.

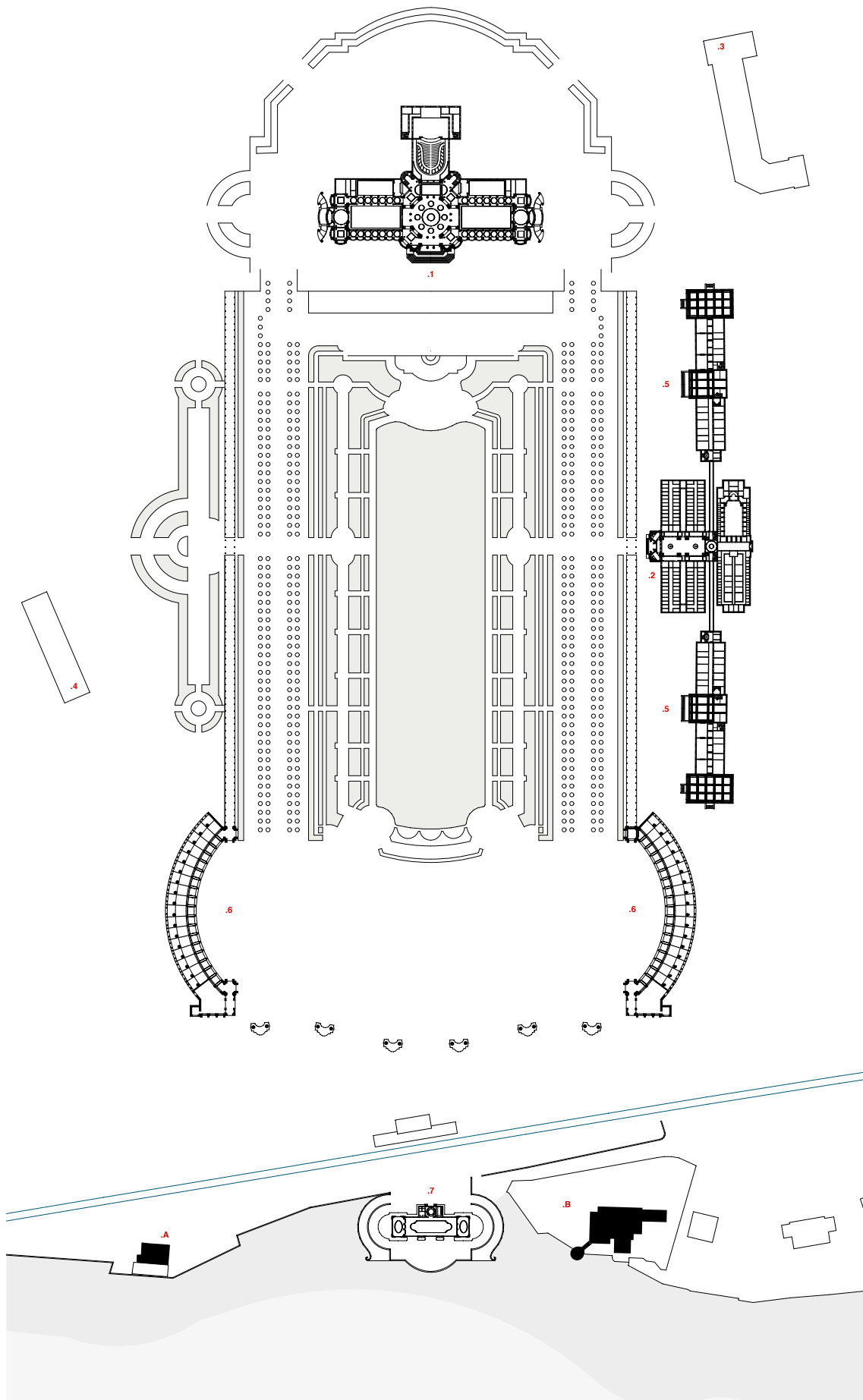
A chegada do comboio *Sud-Express* de Paris coloca o Estoril no mapa internacional. Na sequência do projecto da Estação do Cais do Sodré, a Sociedade Estoril-Plage contratava Porfirio Pardal Monteiro e Raoul Jourde para a elaboração dos projectos do

conjunto de edifícios a concurso da Zona Permanente de Jogo (1927). Os projectos abandonam o estilo revivalista Beaux-Arts, para construir uma nova arquitectura *Art Déco*, marcada pela sua abstracção geométrica e estilização formal, num modernismo experimental possível pela nova tecnologia do betão armado.

Outros edifícios seguem os mesmos princípios modernistas: os dois edifícios de comunicações de Adelino Nunes, no remate com a nova Estrada Marginal; o Clube de Ténis no terreno a norte do Hotel do Parque; o Edifício de Banhos-de-Mar que prolonga a cota da estação na sua cobertura praticável, sobre o novo passeio marítimo.

O sucesso do empreendimento, levaria a sucessiva renovação do espaço envolvente. O projecto de Manuel Tainha para as Piscinas do Tamariz na década de 1950, afirma o conjunto dos princípios do Movimento Moderno numa síntese notória. O programa lúdico seria repetido com o protótipo da Piscina Flutuante de Eduardo Anahory ao largo do Tamariz. A Sociedade Estoril-Sol, na revisão da concessão do jogo (1958), procede à renovação do Casino, num projecto de Filipe de Figueiredo e José de Segurado. A intervenção consiste num conjunto de grandes espaços organizado em torno de um pátio plantado, onde os pormenores dos interiores de José Espinho e Daciano da Costa se afirmam.

O Estoril constituiu uma transformação de grande escala de um território que produziu um centro urbano de uma periferia qualificada para uma classe privilegiada. Os edifícios que compõem este espaço, caracterizam-se pela sua excepção e relação com o conjunto do Parque. Assistimos aqui à introdução da ideia de modernidade, aliada ao progresso e ao cosmopolitismo europeu. A permanente actualização por ocasião do programa turístico de cariz internacional, permitiu a criação de um polo de entrada de novas correntes arquitectónicas e novas tecnologias construtivas, em contra-ciclo com o resto do país.



//10 Fase 1: O Futuro Estoril - desenho baseado no Folheto-Albúm Estoril: *Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*

TIAGO CRUZ

VILA DA FEIRA 1910-1974

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE

O trabalho de investigação que se propôs levar a cabo tem o seu foco em Santa Maria da Feira e estabelece, como objetivo principal, perceber como se “fez” cidade e de que forma o património arquitetónico do século XX marcou este processo. O período decorrente entre a Implantação da República, em 5 de outubro de 1910, e a Revolução de 25 de Abril de 1974, revelamos a evolução e os debates em torno da arquitetura portuguesa e do património no século XX.

Através de uma visão multidisciplinar, investigou-se o processo de construção da cidade. Aqui poderemos encontrar obras de importantes arquitetos portugueses do século XX: Fernando Távora, Viana de Lima, Rogério de Azevedo, Raúl Rodrigues Lima e Alcino Soutinho, entre outros. No seu conjunto, as obras destes autores, traduzem parte da nossa memória coletiva e são importantes documentos históricos. O seu estudo, salvaguarda e proteção é de interesse nacional.

Tendo em conta o grande impacto político e social do património construído, é imperativo desenvolver um estudo que promova um melhor entendimento e a consequente valorização destas construções enquanto testemunhos privilegiados de um período recente da história nacional. Urge sensibilizar as populações para a necessidade de conhecer e vivenciar os edifícios das suas cidades. O sucesso numa análise do património construído passa necessariamente por uma leitura dos edifícios, independentemente das categorias em que os poderemos enquadrar. “Há que fazer uma nova leitura, por cima dos estilos”(4). “Fernando Távora diria: o estilo não conta, conta sim a relação entre a obra e a vida” (5).

A metodologia de trabalho seguida procurou ler e compreender a produção arquitetónica da cidade de Santa Maria da Feira ao longo do arco temporal em destaque (1910-74). O ponto de partida baseou-se numa seleção de casos de estudo, escolhidos de acordo com uma visão sistemática e enquadrada. Procurou-se, sempre que possível, um equilíbrio entre a análise dos programas monumentais e os programas ditos correntes (sobretudo ligados

à habitação). Estabeleceu-se também que o estudo nunca pretendia erigir uma barreira ou fronteira rígida entre o objeto arquitetónico e a urbanística.

Analisaram-se cartas, planos de desenvolvimento, cartas militares e fotografias aéreas. Agradecemos, neste ponto, o especial contributo da equipa técnica da Câmara Municipal.

Alguns dos edifícios selecionados são referências incontornáveis e casos paradigmáticos da História da Arquitetura Portuguesa. A cidade de Santa Maria da Feira apresenta, como foi anteriormente referido, o contributo de importantes arquitetos portugueses: Rogério de Azevedo e Viana de Lima. O primeiro projetou a Estalagem (1949) e o segundo é responsável pelo projeto de Tribunal Judicial, construído após a morte do autor, mas segundo o seu projeto. Alcino Soutinho construiu aqui um dos primeiros projetos da sua carreira: as Casas dos Magistrados (1964-1966). Assim sendo, equilibra-se a presença de exemplos de programas monumentais com outros, ditos de tipo corrente. No primeiro caso – ligado aos Ministérios da Justiça, das Obras Públicas, comunicações e serviços – destacamos o edifício da Cadeia Comarcã, concluído em 1949 e da autoria de Raul Rodrigues de Lima; o Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT e o Edifício da Caixa Geral de Depósitos, CGD, concluído em 1957. No campo do equipamento, destaca-se o Cine-Teatro António Lamoso.

No seu conjunto, e como síntese, os vários edifícios selecionados dão-nos uma visão panorâmica da arquitetura no concelho. Considera-se a História como um instrumento operativo para a construção do presente. A Arquitetura, na sua adequação construtiva e funcional é também representada por edifícios como corpos vivos, organismos com alma e imagem próprias.

(4) Eduardo Carrero Santamaria, *Una simplicidad arquitectónica por encima de los estilos*, Jorlis, Alcobaça, 2013, p. 117.

(5) Alexandre Alves Costa, *Excertos de escritos dispersos dos anos 80*, JA 200, Lisboa, 2001, p. 38.

ROTA / PERCURSO

FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

01 | 1940 Câmara Municipal de Santa Maria da Feira / Câmara Nova

02 | 1971-1976 Câmara Municipal de Santa Maria da Feira Arq.º Viana de Lima

EQUIPAMENTO

03 | 1949 Cadeia Comarcã

Arq.º Raul Rodrigues Lima

04 | 1949 Estalagem de Santa Maria da Feira

Arq.º Rogério de Azevedo

05 | 1953-1959 Mercado Municipal

Arq.º Fernando Távora

06 | 1957 Edifício da Caixa Geral de Depósitos, CGD

07 | 1960-1966 Casa dos Magistrados

Arq.º Alcino Soutinho

08 | 1965 Cineteatro António Lamoso

09 | 1974-1991 Palácio da Justiça

Arq.º Viana de Lima

10 | Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT

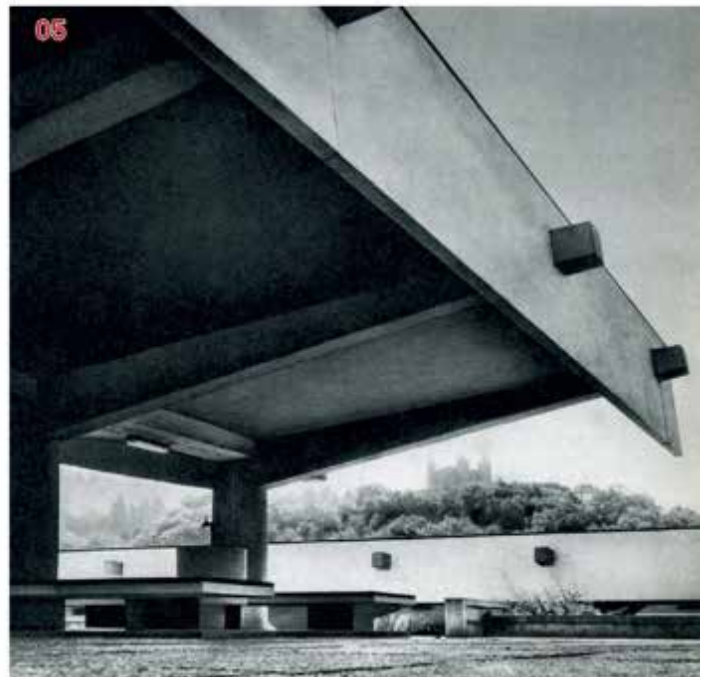
11 | Casa do Povo



Planta de Estudo, 1974. Área central do Concelho. Cartografia fornecida pela C.M. à escala 1/1000.



Estalagem de Santa Maria. Fonte: SIPA.



O VALE DAS ABADIAS NA FIGUEIRA DA FOZ

A EXPERIÊNCIA DE UMA NOVA PAISAGEM URBANA 1962-1974 (6)

O termo “Abadia” designa também “o território que foi pertencente a uma igreja parochial ou abbacial”, neste caso as “terras que ficam no valle situado ao norte e poente” da igreja de S. Julião, construída pelo abade Pedro e doada à Sé de Coimbra em testamento de 1096, incluindo “todos os edifícios, todas as plantações de vinha e arvoredos, terras cultas e incultas”, no qual ficam registados “os primeiros indícios históricos que temos acerca de uma povoação nestes sítios”, com “um vasto mar interior, cheio de enseadas e de bons abrigos” (7). Com o século XIX, a “praia cosmopolita” passa a orientar a evolução da malha urbana ao longo do mar, a partir do Bairro Novo de Santa Catarina, polarizando-se no “Bairro Novo” e no “Bairro Velho”, respetivamente, a “função balnear” e a atividade portuária da cidade (8), ligadas pelo Jardim Municipal e pelos terrenos agrícolas do Vale das Abadias. Já em 1949 a Câmara Municipal da Figueira da Foz contrata o arquiteto urbanista Guilherme Faria da Costa para desenvolver um Plano de Urbanização da Cidade, no entanto, “lesada com o incumprimento do acordo que tinha previamente estabelecido”, a Câmara Municipal decide convidar o engenheiro Antão de Almeida Garrett para realizar um novo estudo. É então Almeida Garrett quem elabora o “levantamento exaustivo dos elementos que compõem a região” e desenvolve o Plano Regulador da Figueira da Foz (1962-65) (9). Durante a década de 1960, sob o impulso do engenheiro agrónomo José Coelho Jordão, então presidente da Câmara Municipal, a Figueira da Foz “é uma cidade operosa, progressiva, dinâmica, que se está adaptando admiravelmente às necessidades e exigências dos tempos modernos” (10). É neste contexto que o Estudo de Urbanização do Vale das Abadias (1962-64), da autoria do arquiteto Alberto José Pessoa e do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, vai concretizar a experiência de uma nova paisagem urbana. O ambiente natural, encarado como uma disciplina do desenho, introduz as valências da geologia, das linhas de água, da vegetação e do habitat natural, preconizando os conceitos da ecologia aplicados ao urbanismo e alargados depois à escala do Plano Geral de Urbanização da Cidade (1973-80) (11), coincidindo com o entendimento internacional que em 1969 Ian McHarg intitula “Design with Nature”. O conjunto do Vale das Abadias integra o estudo do parque urbano ao longo da ribeira existente (1964-67), as diretrizes arquitetónicas das células habitacionais, desenhadas como quarteirões abertos (1965-69), e também o

projeto do Museu e Biblioteca Municipal (1963-74) (12), este último da autoria do arquiteto José Isaías Cardoso, organizado em torno de dois pátios, adoçado ao perfil natural do terreno e construído com uma importante comparticipação financeira e consultoria técnica da Fundação Calouste Gulbenkian. No seguimento do 12.º Congresso da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas, que decorreu em Lisboa em 1970, a revista *Arquitectura* dedica um número à arquitetura paisagista, no qual Edgar Fontes publica um artigo sobre a “nova dimensão” da paisagem urbana e sobre as possibilidades de “uma ligação mais íntima com o vegetal”, destacando nesse sentido o conjunto do Vale das Abadias e a “integração de Vales e Matas na expansão urbana” da Figueira da Foz entre os exemplos de um “sistema dinâmico” onde “o espaço verde, a estrutura da cidade e o próprio tecido urbano passam a ser determinados também em função de uma análise e diagnose da paisagem”, resultado da necessidade intrínseca de um “trabalho livre em equipa” (13). É precisamente no contexto de um importante trabalho em equipa que, na década de 1960, com os projetos simultâneos para o conjunto urbano do Vale das Abadias na Figueira da Foz e para a Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, Alberto Pessoa e Ribeiro Telles têm a oportunidade de sintetizar uma ideia concreta sobre os “tempos modernos” da arquitetura da paisagem urbana.

(6). Tiago Farinha encontra-se a desenvolver um estudo monográfico sobre a obra do arquiteto Alberto Pessoa (1919-85), no contexto do Doutoramento em Arquitetura do Instituto Superior Técnico, sob a orientação da Professora Ana Tostões e com bolsa FCT (SFRH/BD/87384/2012).

(7). ROCHA, António dos Santos – Materiaes para a História da Figueira nos Séculos XVII e XVIII. Figueira: Casa Minerva, 1893, pp. 19-20.

(8). LOBO, Susana Luísa Mexia – *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia*. Coimbra: Darq/FCTUC, 2015, pp. 192-216 (Doutoramento em Arquitetura).

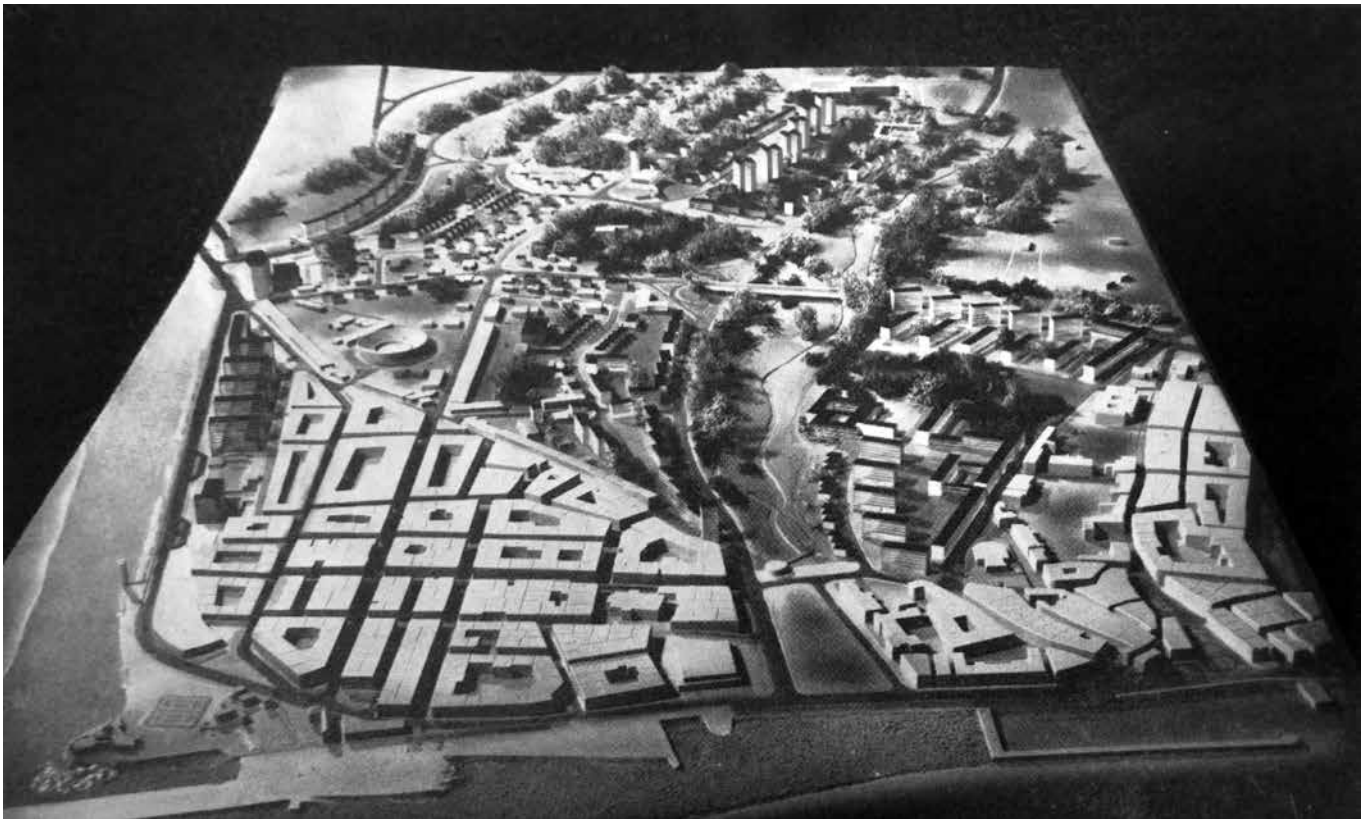
(9). MARQUES, Bruna – João Guilherme Faria da Costa. O caso único da Figueira da Foz. Coimbra: Darq/FCTUC, 2015, p. 159. (Mestrado Integrado).

(10). Discurso do Dr. José de Azeredo Perdigão, Presidente FCG, aquando da homenagem da Figueira da Foz à memória de Calouste Gulbenkian e ao apoio benemérito da Fundação na concretização do projeto do Vale das Abadias. (*Jornal O Figueirense*. 6 de maio de 1967).

(11). Em 1973 Alberto Pessoa e Ribeiro Telles iniciam a revisão do Plano Regulador de Almeida Garrett e elaboram o Plano Geral de Urbanização da Figueira da Foz.

(12). Arquivo CMFF. Pasta n.º 8, Pasta n.º 9, Pasta n.º 13, Pasta n.º 14, Pasta n.º 15, Classificação A-29/3.1 e Classificação A-29/3.2.

(13). *Revista Arquitectura*, 3.ª série, n.º 121-122. Lisboa: ICAT, maio-agosto 1971.



//11 Maqueta do Estudo de Urbanização do Vale das Abadias e da Ponte do Galante, 1964. Arquivo Histórico CMFF. Relatório de Gerência CMFF, 1964.



//12 Vista do Parque Urbano do Vale das Abadias com o Museu e Biblioteca Municipal, 1975. Catálogo comemorativo do centenário do Museu Municipal Santos Rocha. CMFF, 1994.

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Ricardo Carvalho, Presidente Executivo da Fundação da Juventude

GESTÃO DE PROJETO

Paula Cardoso, Fundação da Juventude

JÚRI

Ricardo Carvalho, Presidente Executivo da Fundação da Juventude

Ana Vieira, Presidente do Conselho Nacional de Admissão da Ordem dos Arquitectos

Álvaro Domingues, Geógrafo e Professor e Investigador na FAUP

João Rafael Santos, Professor e Investigador na FAUL

Rui Correia, Professor e Investigador na ESG

MUNICÍPIOS

Caldas da Rainha, Cascais, Figueira da Foz, Funchal, Mação, Maia, Oliveira de Azeméis, Porto, Santa Maria da Feira, Vila de Rei

BOLSEIROS

André Prata

Carolina Sumares

Daniela Alves Ribeiro

Filipe Neto e João Quinas

Joana Barbedo

João Maia e Silva

Júlio Faria Senra

Rodrigo Lino Gaspar

Tiago Cruz

Tiago Farinha

CONCEÇÃO E EDIÇÃO

Winable, Lda.

Paula Cardoso, Fundação da Juventude

PRODUÇÃO

Fundação da Juventude/ Maio de 2016

EXECUÇÃO GRÁFICA

Tecniforma - Print, S.A.

Textos escritos em ambas as vertentes do acordo ortográfico.

A responsabilidade dos conteúdos pertence a cada um dos autores de forma individualizada.



**fundação
da juventude**

SEDE

Palácio das Artes - Fábrica de Talentos
Largo de S. Domingos, nº 21
4050-545 Porto
Tel.: +351 223 393 530
Fax: +351 223 393 544
palaciosdasartes@fjuventude.pt
www.fjuventude.pt

DELEGAÇÃO REGIONAL

Lisboa e Vale do Tejo
Rua Conde Redondo, nº 46 -1º
1150 - 107 Lisboa
Tel: + 351 210 995 560
Fax: + 351 223 393 544
lisboa@fjuventude.pt
www.fjuventude.pt

Conselho de Fundadores

Associação de Jovens Agricultores de Portugal	Fundação Minerva (Universidades Lusíada)
Associação Empresarial de Portugal	Fundação Para a Ciência e a Tecnologia
Associação Industrial Portuguesa	Galp Energia, SGPS, S.A.
Associação Nacional de Jovens Empresários	IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
Câmara Municipal do Funchal	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
Câmara Municipal de Gondomar	Millennium bcp
Câmara Municipal da Maia	Montepio Geral
Câmara Municipal de Matosinhos	Multitema - Produções Gráficas, S.A.
Câmara Municipal do Porto	Oni, S.A.
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	Philips Portuguesa, S.A.
Câmara Municipal de Tavira	Porto Editora, Lda
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Portugal Telecom
Comp. Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, S.A.	Renault Portugal, S.A.
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.
Fitor, Companhia Portuguesa de Têxteis, S.A.	Sumol+Compal, S.A.
Focor, Produtos Químicos, S.A.	

ORGANIZAÇÃO



PARCEIRO CIENTÍFICO



MECENAS EXCLUSIVO



MUNICIPIOS PARCEIROS



CASCAIS

